

Número Especial Comemorativo
20 anos do Curso de Pedagogia da Cairu

Creche escola comunitária: desafios, conquistas e impactos no campo educacional e social

Railda do Bomfim Vasconcelos¹

Raquel Alves Sobrinho²

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar os desafios e as possibilidades encontradas para a efetivação de um espaço educativo que potencialize a formação integral de crianças e adolescentes a partir de uma escola comunitária. A metodologia utilizada foi pesquisa de campo de abordagem qualitativa, desenvolvida com a equipe gestora, mediante questionário. A pesquisa revelou a importância da escola pesquisada e da participação da comunidade local, em prol de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Educação Infantil. Creche Escola Comunitária. Educação Popular e participativa.

Abstract: The objective of this study is to analyze the challenges and possibilities found for creating an educational space that enhances the comprehensive training of children and adolescents from a community school. The methodology used was field research with a qualitative approach, developed with the management team, using a questionnaire. The research revealed the importance of the researched school and the participation of the local community, in favor of a more fair and equitable society.

Keywords: Early Childhood Education. Community School Nursery. Popular and participatory education.

Introdução

A Educação Básica em toda sua particularidade compreende diferentes tipos de Escolas, dentre esses tipos, estão as creches Escolas Comunitárias confessionais

¹ Graduada em Pedagogia pela Fundação Visconde de Cairu. Auxiliar Administrativo. E-mail: raildamil@yahoo.com.br

² Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFBA). Membro do Grupo de Pesquisa Política e Gestão da Educação (PPGE/UFBA), do Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital (LTI Digital/UFBA). E-mail: raquel.preparacao@gmail.com

e filantrópicas que juntas, representam um número significativo de atendimento no estado da Bahia, assim como, em outros estados do País. Atualmente, na cidade de Salvador há 139 creches escolas conveniadas ao Município, atendendo cerca 19 mil crianças na Educação Infantil de 0 a 5 anos. Geralmente representadas por associações de bairros, cooperativas, clube de mães, gerenciadas por pessoas comuns da comunidade, na perspectiva de preencher as lacunas deixadas pelo poder público nas comunidades carentes.

Para Sobrinho (2023), os espaços comunitários de educação têm se configurado como de grande importância na garantia do direito à Educação no Brasil, principalmente quando se trata da Educação Infantil. Esta é uma etapa em que a demanda por vagas é maior do que a oferta nas instituições públicas de ensino. Neste sentido, as instituições comunitárias, em parceria com os entes públicos em muitos municípios brasileiros, têm contribuído para minimizar essa lacuna na efetivação das políticas públicas para a infância. Um desafio que requer da equipe gestora conhecimentos específicos e uma postura profissional adequada na execução das referidas políticas.

Atualmente, de acordo com Sobrinho (2023), as Organizações da Sociedade Civil (OSC) encontram-se respaldadas pela Lei nº 13.019/2014, que estabelece um conjunto de princípios para a realização de parcerias financeiras entre poder público e organizações da sociedade civil. Fortalecendo, segundo ela, as Creches Escolas Comunitárias, reconhecendo o relevante trabalho por elas desenvolvido para a política pública na primeira infância.

Intitulada de Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), Lei nº 13.019/2014, além de reconhecer a importância da parceria entre o poder público municipal e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos. Essas OSC revelam que, essa fase, da Educação Infantil, é a fase que mais requer financiamento para o consolidar o desenvolvimento pleno das crianças.

As creches escolas comunitária, como observa Costa (1991, p. 15), não é apenas um lugar onde as famílias possam deixar seus filhos, elas representam a possibilidade de participação, da conscientização dos problemas e necessidades da comunidade onde estão inseridas, “[...] das lutas das mulheres pelos seus direitos; em síntese, representa sobretudo a definição de uma pedagogia orientada para a compreensão das características específicas da comunidade.” Tal realidade se configura como um convite à reflexão sobre como se consolidou a instituição

comunitária de educação Vinte de Novembro, na periferia do município de Salvador, estado da Bahia.

Surge, daí, o interesse em desenvolver este estudo que tem como questão de pesquisa: quais desafios e possibilidades encontrados pela instituição comunitária de Educação Infantil do Município de Salvador, na Bahia, para efetivação de um espaço educativo que potencialize a formação integral de crianças e adolescentes a partir de uma escola comunitária? Partiu-se dos pressupostos teóricos de Sobrinho, Araújo e Neves (2020, p. 71) de que as políticas públicas educacionais devem seguir uma agenda de demandas oriundas de produtos e ações entre governos e os atores educacionais, mas que, no caso da Educação Infantil, frente à negligência das autoridades competentes, nem sempre é o que ocorre. Com isso, afirmam os referidos autores, as escolas comunitárias elaboram e organizam formas estratégicas de promoção da Educação Infantil, implantando o que acreditam ser o melhor para as crianças e para a comunidade interna e externa a escola.

Em consonância com o que dizem os autores supracitados, pode-se afirmar que, diante da dinâmica das políticas públicas brasileiras para a Educação Infantil, especialmente no município de Salvador, são essas Instituições que garantem Educação Infantil para cerca de 19 mil crianças.

Na busca de resposta para a questão de pesquisa, traçou-se como objetivo geral desse estudo analisar os desafios e as possibilidades encontradas para efetivação de um espaço educativo que potencialize a formação integral de crianças e adolescentes a partir de uma escola comunitária. E, como objetivos específicos, conhecer o processo histórico, as ideias e a filosofia de uma comunidade em construção; compreender como se deu a parceria da comunidade na gestão da Associação Comunitária Vinte de Novembro; identificar as ações educativas de uma comunidade, para potencializar a formação integral de crianças e adolescentes em espaço socioeducativo.

O presente trabalho se fez relevante em virtude da quantidade de escolas e creches comunitárias, de tempo integral e parcial no município de Salvador, que buscam, mesmo com todas as dificuldades, minimizar as lacunas deixadas pelo município na efetivação das políticas públicas de Educação Infantil.

Percurso metodológico da pesquisa

A metodologia utilizada foi pesquisa de campo de abordagem qualitativa, desenvolvida com a equipe gestora da Escola Creche Comunitária Vinte de Novembro, localizada em um bairro periférico do município de Salvador. Atualmente, a instituição atende a cinco turmas em turno Integral com 110 crianças e duas turmas de 46 adolescentes nos turnos matutino e vespertino, com 15 funcionários, entre professores, auxiliares de classe, gestores, merendeira e auxiliar de serviços gerais, não dispondo de assistente social nem psicólogo.

A Instituição está estruturada com as seguintes áreas: 06 salas de aula; 01 secretaria; 03 depósitos; 01 sala de cursos para projetos; 01 área coberta para recreação. Está inscrita nos conselhos municipais: Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

A opção pela pesquisa qualitativa se deu por ser este um método que permite ao pesquisador maior aproximação do objeto de estudo, ampliando o contato com a realidade e a problemática investigada. Segundo Minayo (2015), a abordagem qualitativa responde a questões que são muito específicas. Observa ainda que nas Ciências Sociais, a abordagem qualitativa trabalha com uma realidade que não pode ser apenas quantificada, pois possui um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que não têm como ser mensurados. Na mesma direção, André (2018) acredita que o estudo qualitativo é o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.

Como técnica e procedimento para coleta dos dados, aplicou-se um questionário contendo questões abertas e fechadas, com a Presidente, a Diretora e a Coordenadora Pedagógica da instituição pesquisada. A opção pelo questionário se deu por se tratar de “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 190).

Breve histórico do surgimento das creches escolas comunitárias no Brasil

As Creches Escolas Comunitárias surgiram no final da década de 1970, como iniciativa de grupos organizados, movimentos sociais, associações e cooperativas de mulheres, como uma alternativa à deficiência do Estado de prover o atendimento de creche e pré-escola pública. Mesmo em situação de precariedade estrutural, elas possibilitam que as mães possam ir trabalhar e deixar seus filhos em lugar seguro, na sua maioria para garantir o sustento da família. Muitas delas eram consideradas como escolinha de fundo de quintal, onde não existia, na maioria das vezes, professores com formação acadêmica, mas contavam com apoio de pedagogos de outras instituições que atuavam como voluntários na perspectiva de prover o ensino aprendizagem.

O Plano Nacional de Educação (2014-2024), propõe chegar, em 2024, a 50% da população de até 3 anos matriculada. Em 2023, a rede privada manteve a tendência de crescimento (3,6%) verificada em 2022, quando a participação alcançou 29,9%, após o recuo observado no período da pandemia (2019 a 2021). Na rede pública, o aumento foi de 5,3%, no ano último ano. A diferença entre 2023 e 2019, nas creches públicas, é de mais de 296 mil matrículas (12,1%). Foram registradas 76,7 mil creches em funcionamento no Brasil, dessas creches, 50,4% das crianças da rede privada estão em instituições conveniadas com o poder público. (Brasil, 2023)

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP), na idade adequada para creche de (0 a 3 anos) o potencial de atendimento é muito baixo (37,7%), enquanto o número de crianças sem atendimento é de 3,7 milhões (Brasil, 2023). Já sob o amparo legal da Lei Federal 13.019/ 2014, o Decreto Municipal nº 29.129/2017, da cidade de Salvador, as Escolas Comunitárias, Filantrópicas Confessionais atendem à creche e pré-escola com recursos do tesouro com transferência pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), atendendo, atualmente, a cerca de 20 mil crianças de 0 a 5 anos.

As creches escolas comunitárias contam com profissionais qualificados, espaços físicos melhorados, metodologia de ensino transformadora, mas ainda longe do reconhecimento merecido pelo poder público por estar preenchendo as lacunas deixadas pelo Estado. Para Sobrinho (2023, p. 22):

Mesmo com os avanços no campo das políticas nacionais para a educação, os desdobramentos e efetivação dessas políticas têm percursos truncados e esbarram em obstáculos como a ausência de financiamento para uma política abrangente de Educação Infantil, o que limita o atendimento da crescente demanda. Assim, diante do contexto em que o direito à educação na primeira infância é negligenciado, as creches escolas comunitárias, em muitas cidades brasileiras, têm sido propulsoras na oferta de vagas nessa etapa da Educação Básica. Estas instituições, a partir das suas próprias experiências, conforme as demandas e necessidades emergentes e urgentes, estabelecem diálogos com o Poder Público e a sociedade em geral para garantir a Educação Infantil, em particular para as crianças socioeconomicamente menos favorecidas, muitas delas em situação de vulnerabilidade social.

Só a partir da inserção da mulher ao mundo do trabalho, vê-se a necessidade de espaços educativos que acolhessem os filhos destas mulheres.

De origem filantrópica, ao longo dos anos, a creche foi vista, segundo Costa (1991, p. 11), “[...] como um direito da mulher trabalhadora, e no particular, como um programa social para mães trabalhadoras pobres, que deveria ser basicamente reivindicada pelos sindicatos”. No Brasil, já na década de 1940, e como consequência das lutas sindicais, a Consolidação das Leis Trabalhistas definia a obrigatoriedade da creche em empresas onde trabalhassem mais de 30 mulheres, com idade superior a 16 anos. Conforme o referido autor:

Com o ressurgimento do movimento feminista nos anos 70 e as transformações daí resultantes e que redefiniram o papel da mulher, a questão da creche passa a ser vista sob nova ótica. Deixa de ser um direito exclusivo da mulher trabalhadora, extrapola a lei e se transmuda num tipo de serviço que deveria estar ao alcance de todas as mulheres, indiscriminadamente, independente do seu status de trabalhadora assalariada ou de sua condição socioeconômica. Com feições típicas de movimento social, a luta por creches no Brasil surge em 1973, em São Paulo, incitada por Clubes de Mães e a Pastoral da Zona Sul. Em 1979, por resolução do Primeiro Congresso da Mulher Paulista, constitui-se, oficialmente, o Movimento de Luta por Creches, atuando junto aos órgãos, públicos, visando a ampliação do número de vagas que pudessem garantir o pleno atendimento de toda a demanda do Estado. Esta não tem sido uma luta fácil. O descaso que sempre marcou as políticas de educação e saúde no Brasil, atinge também o problema da creche. A angústia de não ter com quem deixar seus filhos menores, durante o tempo em que se encontram no trabalho, tem incitado as mulheres a buscar formas alternativas que atendam, com certa decência, à criança de baixa idade. Uma dessas alternativas, certamente a mais positiva, tem sido as creches comunitárias, mantidas graças ao trabalho voluntário, contando, vez por outra, com recursos da própria comunidade. (Costa, 1991, p. 12).

A história revela a luta das mulheres, mães e trabalhadoras, por espaços que acolhessem os seus filhos enquanto buscavam o sustento do lar. Desde o processo de industrialização do país, as mulheres têm enfrentado desafios significativos ao tentar equilibrar as suas responsabilidades familiares e profissionais. A criação de creches e escolas infantis foi um passo crucial para apoiar essas mulheres, permitindo-lhes trabalhar fora de casa com a tranquilidade de saber que os seus filhos estavam seguros e bem cuidados.

Através das histórias se constroem as memórias: como tudo começou

Inúmeros foram e são os desafios encontrados para consolidar e gerir os espaços comunitários de educação. A partir do aporte financeiro advindo da parceria municipal, através do FUNDEB, estas OSC realizam a contratação de colaboradores e pagamentos de encargos; compra de alimentação; aquisição de material didático, pedagógico e de higiene; manutenção/reformas do espaço. Contudo, as experiências apresentam possibilidades positivas para o processo de ensino e aprendizagem, no que diz respeito à gestão democrática, com a participação e envolvimento mais efetivo dos pais e responsáveis da comunidade local.

Nesta perspectiva, apresentamos as narrativas da Presidente, da Diretora e da Coordenadora Pedagógica da instituição pesquisada, acerca dos desafios e possibilidades encontrados no desenvolvimento das ações educativas. As entrevistadas realizaram um breve relato da escola, desde a sua idealização, a sua relação pessoal e profissional com a instituição, apresentando as demandas sociais e econômicas das crianças/famílias da comunidade escolar. Assim, quando questionada sobre sua relação com a escola, a presidente relatou que:

Em 5 de abril de 1987, às 10h de um domingo, no bairro de Paripe, festejando um aniversário, quatro mulheres decidiram ocupar um terreno baldio onde existia um matagal muito sinistro que era refúgio de bandidos, onde mulheres foram atacadas por várias vezes. No intuito de ter a oportunidade de uma moradia digna e, ao mesmo tempo, garantir a proteção das pessoas que transitavam naquele lugar, as mulheres tomaram a iniciativa e depois de algumas horas, a notícia se espalhou levando uma multidão de pessoas para participarem da iniciativa. Depois de alguns dias, já com os terrenos roçados, fomos abordadas pela polícia de forma truculenta, sem nenhuma ordem judicial, derrubando e queimando os barracos sem respeitar mulheres, crianças e idosos. Durante três meses fomos perseguidos, sem desistir da luta. (Presidente, 2024)

Neste íterim foi preciso se unir a outros movimentos de luta. A presidente, interlocutora desta pesquisa esclarece que, neste movimento de lutas conheceram a responsável pelo Movimento dos Favelados e com ela, estavam o coordenador do movimento Padre Confa e sua equipe, que convidaram as famílias que estavam na ocupação para uma reunião, que estava presente mais de 50 pessoas. Esse movimento lutava pelo direito à moradia digna e tinha mais tempo de trajetória na busca pelo direito a moradia. Segundo nos relatou a Presidente:

Foram feitas reuniões periódicas com a presença do MDF, e dessas reuniões saíram os encaminhamentos para os próximos passos, criou-se uma comissão de seis pessoas que ficaram encarregadas de buscar informações na Prefeitura sobre o terreno que foi ocupado, já que não fomos procurados por nenhuma reintegração de posse oficial, apenas sofríamos opressão da polícia. Nesta mesma ocasião, estavam acontecendo mais duas ocupações localizadas no Subúrbio Ferroviário de Salvador, uma, no bairro de Paripe e outra no bairro de Plataforma na comunidade do Boiadeiro. Começamos a participar de reuniões com os líderes das outras ocupações para nos fortalecer e trocar informações, criamos uma comissão para organizar os lotes, fazer as medições e abrir as ruas que ficaram.

Diante do fato do Município não dispor de documentos que rememorem a história da ocupação Terra para Todos em Paripe, os lotes tinham uma metragem de 6X12 a cada 20 metros uma rua de 3 metros.

Foi um trabalho árduo, dia após dia, nesse processo já tinham 412 famílias na ocupação, fizemos o cadastro de todas as famílias, porém, depois de tudo organizado, fomos surpreendidos com a presença da polícia que derrubou e queimou todos os barracos novamente. Por consequência dos acontecimentos, fizemos reuniões com as famílias, apresentando a proposta de criar uma associação de moradores, construímos uma casa de pau a pique com doação da própria comunidade, em forma de mutirão, buscamos ajuda de outras comunidades, em seguida, realizamos as eleições para definir o presidente da associação, foram eleitas 12 pessoas e elegemos Joselita como presidente, registramos em Ata de Eleição e Posse. (Presidente, 2024)

Compreendendo que, a organização através da Institucionalização fazia-se necessário fundar uma associação, surgiu assim, a Associação Comunitária de Pais e Amigos Vinte de Novembro, em 04 de novembro de 1987. O nome da Associação, se deu em alusão ao Dia da Consciência Negra e a luta daquelas mulheres negras

que resistiram pelo seu direito de morar. O nome da comunidade também foi escolhido em assembleia, Comunidade de Terra Para Todos.

Na primeira reunião os membros resolveram, em assembleia, fazer uma grande manifestação em frente à Prefeitura Municipal de Salvador com as três ocupações. Estiveram presentes cerca de cerca de 600 pessoas.

Fomos surpreendidos pela cavalaria, ordenada por Mário Kértész, que era o prefeito na época e ordenou que ninguém se aproximasse da Câmara de Vereadores. Nesse processo, muitas pessoas foram machucadas, mulheres, crianças, pessoas de idade, foi uma situação bastante desesperadora. Um companheiro que estava com o megafone começou a cantar o Hino Nacional e eles foram obrigados a parar. O estrago já estava feito, voltamos todos decepcionados, mas não desistimos. (Presidente, 2024)

Não contentes com o posicionamento do prefeito, foram atrás do governador do Estado, que na época era Waldir Pires. E, para a surpresa da diretora, foram recebidos de outra maneira: ele pediu que uma comissão com 10 pessoas entrasse para conversar, contaram que estavam sofrendo com a ação da polícia. E ele, por sua vez, os orientou a continuar insistindo com a Prefeitura, a quem cabia atender às reivindicações, mas uma coisa ele garantiu, que a partir daquela data, nenhuma polícia ia mais perseguir àquelas pessoas, aconselhando que voltassem e construíssem os barracos.

Quando interrogada sobre a gestão da primeira presidente, a diretora atual relatou que ela (a primeira presidente) presidiu a Associação até o ano de 1990, quando foi destituída, pois os demais diretores, perceberam algumas irregularidades com a prestação de contas, descobriram que ela estava desviando doações, inclusive, materiais de construção que foram doados pela Bélgica. Não contente com a destituição do cargo, a presidente deu fim em todos os documentos e registros da Instituição, além de depredar o prédio, impossibilitando a nova diretoria de tomar posse. Recorreu-se à justiça, mas o processo foi muito demorado, dois anos se passaram e a nova diretoria resolveu fazer uma assembleia com a comunidade para reabrir, mesmo sem autorização da justiça.

Mas, como há sempre pessoas que apoiam as ações sociais, por compreender a necessidade de toda uma comunidade. O padre Confa teria construído, através dos amigos da França, um galpão com cozinha e banheiro para acolher a comunidade, em dias de reuniões.

Ao longo destes anos, as eleições acontecem a cada quatro anos, com direito a uma recondução em igual período, através de Eleições diretas, com chapas e a comunidade escolhe mediante votação. A atual presidente relata, que desde 1990, não houve mais nenhum tipo de desvio de verba. E que há transparência na prestação de contas, que tem sido realizada, trimestralmente.

A parceria da comunidade-educadora na gestão da Associação

Após consolidação da Associação, junto a força de toda a comunidade, surge a necessidade de acolher as crianças que não tinham onde ficar quando suas mães saíam para trabalhar: fazer faxina, mariscar e/ou cuidar de idosos. A diretora relata que, diante da necessidade da comunidade, “os dirigentes da associação tivemos a ideia de colocar essas crianças no espaço da Associação, pois durante a semana o espaço era ocioso e só tinha atividades aos sábados e domingos”. Relata ainda que até então, não havia nenhuma pretensão de ser uma escola, pois, não tinham formação para exercer a profissão docente, decidiram abrir o espaço diariamente, apenas pelo fato do acolhimento, proteção e cuidados. As mulheres mais jovens se colocaram como voluntárias para acompanhar essas crianças.

Atendíamos cerca de 54 crianças de 3 a 12 anos, divididas nos dois turnos, recebíamos crianças descalças, sem camisa e sem se alimentar, foi aí que descobrimos que a maioria daquelas crianças não eram alfabetizadas, e não frequentavam a escola, muitas dessas crianças não estavam na escola por falta de oferta de vagas e outras porque não possuíam documentos para se matricular. (Diretora, 2024)

Diante da vulnerabilidade, começaram a buscar meios para ensinar às crianças a ler e escrever, pedindo materiais didáticos usados nas escolas particulares, dos bairros mais próximos. Depois a Embasa passou a doar caixas de papel para reutilizarmos o verso. Pedir era a filosofia da instituição, mesmo diante de muitas recusas, o Colégio Antônio Vieira passou a ajudar com materiais didáticos e livros.

A insegurança alimentar e nutricional era marcante naquelas crianças; então as educadoras passaram a pedir nos mercados locais, verduras, legumes, frutas que haviam perdido o valor comercial, mas não tinha perdido o valor nutricional. Já nos açougues, elas pediam ossos para fazer sopa. A comunidade-educadora tornou-se

como um grupo que colabora para compartilhar conhecimentos, experiências e práticas pedagógicas.

A coordenadora pedagógica revela que, para potencializar a práxis pedagógicas, havia um parceiro francês e sua esposa que ajudavam com alimentos para as crianças e davam uma gratificação de dez cruzados (moeda brasileira daquele período) para cada pessoa que trabalhava no espaço. Nessa época havia duas professoras e uma cozinheira e alguns moradores que ajudavam voluntariamente. A esposa do Francês, era pedagoga e passou a fazer planejamento com a equipe para melhorar o desempenho dos professores, o que contribuiu para as jovens que davam aula ingressarem no Magistério.

Após dois anos com as atividades suspensas, devido ao sumiço da documentação, a comunidade resolve começar tudo novamente. O Francês passou a buscar ajuda com os amigos da França para proporcionar educação às crianças da comunidade. Assim, ajudou a reconstruir o prédio, ampliando mais uma sala. As antigas professoras retornaram com a formação no Magistério. Dessa forma, a atual diretoria foi se organizando para dar continuidade ao trabalho que era significativa para comunidade.

Foi descoberto que a Associação era filiada à Associação de Educadores de Escolas Comunitárias (AEEC). No entanto, os educadores não tinham conhecimento dessa filiação, nem possuíam informações sobre os recursos repassados anualmente, provenientes dos 3% do Fundo Municipal de Educação. Em seguida, foi estabelecido contato com a AEEC para o credenciamento da nova diretoria, com um novo estatuto e uma nova ata, incluindo os novos educadores.

No ano de 1998, a Pastoral do Menor Arquidiocesana entrou em contato com a escola creche comunitária, propondo uma parceria para realizar a formação e o acompanhamento pedagógico, com o apoio da esposa do francês. Nesse período, foi apresentada a metodologia de Paulo Freire, que se tornou aliada, durante as atividades desenvolvidas na escola e perdura até os dias atuais.

Nenhuma realidade é porque tem que ser. A realidade pode e deve ser mutável, deve ser transformável. Mas, para justificar os interesses que obstaculizam a mudança, é preciso dizer que “é assim mesmo”. O discurso da impossibilidade é, portanto, um discurso ideológico e reacionário. Para confrontar o discurso ideológico da impossibilidade de mudar, tem-se de fazer um discurso também ideológico de que tudo pode mudar. Eu não aceito, eu recuso completamente essa afirmação,

profundamente pessimista, de que não é possível mudar (Freire, 2001, p. 169).

Diante da necessidade da comunidade e da falta do Estado em proporcionar acesso à educação a todos (Sobrinho, 2023), no ano 2000, a Pastoral do Menor Arquidiocesana, através do seu coordenador geral Padre João, conseguiu um projeto na Bélgica no valor de 22.000,00 reais para realizar uma reforma na sede da organização social. Segundo relatou a Diretora:

Iniciada pela fundação, construíram três salas, uma cozinha, um depósito, uma área comum, três banheiros, sendo dois para as crianças e um para os professores. Nossa Escola ganhou uma nova cara e assim ampliamos o nosso atendimento. Reinauguramos no início dos anos 2000, matriculamos cerca de 120 crianças, divididas em 2 turnos, matutino e vespertino, com 2 salas com educação infantil de 3 a 5 anos, e 1 sala de reforço escolar de 6 a 14 anos.

A Pastoral do Menor Arquidiocesana foi de extrema importância, visto que, orientou a Associação a buscar parceria com o Ministério Público, para ajudar as crianças que não tinham documentos, para se matricular na escola pública. O juizado de Menores visitava as casas das famílias para analisar a situação documental de cada uma, na maioria das vezes, os pais não tinham documentos, portando não podiam tirar os documentos dos filhos. A diretoria da Associação, juntamente com a comunidade, realizou uma “força tarefa” para que as crianças tivessem o Registro de Nascimento e os pais RG e CPF.

O ano de 2000, foi um ano muitas conquistas e com o intermédio da Pastoral do Menor Arquidiocesana, conheceram o projeto Ágata Esmeralda Brasil/Itália, que passou a apoiar de forma financeira, através de apadrinhamento das crianças, o que possibilitou garantir a alimentação, material didático, e uma contribuição (financeira) para os professores e voluntários. “Com os recursos do Ágata Esmeralda, as formações da Pastoral do Menor Arquidiocesana e da AEEC, estávamos cada vez mais confiantes e acreditando no trabalho” (Diretora, 2024).

A presidente revela que, no mesmo ano,

[...] realizaram uma parceria com a Cáritas Diocesana de Salvador e começaram a atender crianças e adolescentes cadastrados no PETI, [Programa de Erradicação de Trabalho Infantil] recebendo crianças e adolescentes dos bairros do Subúrbio, chegaram a atender 60 crianças de 6 a 16 anos, com: reforço escolar, dança e teatro. Nesta

época, foi necessário que Ágata Esmeralda, hoje Conexão Vida, alugasse uma casa para atender a essa demanda, já estávamos com 12 voluntários, 2 monitores do PETI, 4 professoras, 2 cozinheiras, 1 assistente administrativo, 1 gestora e 2 apoios, todas recebiam entre R\$80,00 e R\$100,00 reais. O programa do PETI durou até 2009, depois foi extinto nas comunidades.

A comunidade tinha uma necessidade bem maior, precisava montar uma creche, para que as mães pudessem deixar suas crianças o dia todo para ir trabalhar. “Nós não tínhamos condições de manter as crianças na escola o dia todo, pois era tudo muito escasso e as contribuições que recebíamos não dava para manter os profissionais. Durante todos esses anos, trabalhamos com muita dedicação e amor” (Diretora, 2024).

Desafios e possibilidades encontradas para a efetivação de um espaço educativo, que potencializasse a formação integral de crianças e adolescentes

Diante da necessidade no ano de 1994, a atual diretoria realizou a reforma do Estatuto e uma nova Eleição e Posse, mudando a razão social, deixando de ser Associação Vinte de Novembro para — Associação Comunitária de Pais e Amigos Vinte de novembro, com as mesmas finalidades, sendo uma das principais: zelar pelos interesses comuns, no que tange aos direitos da comunidade, filiando-se a outras organizações, como: União de Moradia Popular (UMP), que luta ao nível Nacional por direito à moradia digna; Associação de Educadores de Escolas Comunitárias (AEEC); Pastoral do Menor Arquidiocesana, que luta por justiça social, garantia de direitos com ênfase na educação; Conexão Vida, que busca contribuir com uma melhor qualidade de vida para as crianças e adolescentes atendidos por algumas escolas de Salvador com parceria com o Ágata Esmeralda Brasil/Itália.

A Escola Comunitária Vinte de Novembro, na Associação, simboliza a resistência e a principal bandeira da comunidade que é a educação. Ainda com todas as dificuldades e as parcerias, que na maioria das vezes supria alimentação e material didático, os educadores, ainda que muitos já formados, precisavam garantir o seu sustento e fazer jus aos seus estudos, e continuavam recebendo gratificação por 20 horas de trabalho, em torno de R\$ 200,00 a R\$ 300,00, era desumano, algumas se formaram e foram buscar em outras escolas particulares melhores condições de vida, o que é normal, relata a diretora.

Em 2011, mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

[...] nós éramos ouvidos, discutíamos juntos as trincheiras e as mazelas do povo. Eu estava na época coordenadora da UMP-Ba, tive a oportunidade de estar com ele em uma das reuniões onde discutíamos as questões do Minha Casa, Minha Vida, e nesta ocasião eu escrevi uma carta que coloquei no bolso dele contando um pouco da Escola Vinte de Novembro, e perguntei por que não recebíamos o recurso do FUNDEB desde quando declarávamos o Censo todos os anos, para quê? E por quê? (Presidente, 2024)

A presidente revela que, algum tempo depois, recebeu a resposta com algumas informações sobre alguns documentos que eram necessários, mas que para a Escola e Creche Comunitária era muito difícil conseguir. No início do mandato da presidenta Dilma, que pretendia dar continuidade aos projetos do governo Lula, ela convidou o Movimento de Moradia para saber um pouco sobre as Escolas Comunitárias e a Educação Popular, como se dava dentro dos movimentos.

Na oportunidade, pude falar das nossas dificuldades para cumprir a burocracia imposta para recebermos recursos federais, e ela prometeu desburocratizar, e ver com os estados e municípios como seria esse repasse, e a possibilidade de garantir formação dos professores e um melhor atendimento para as crianças. (Presidente, 2024)

Em 2013 a instituição conseguiu participar do edital de seleção para receber o recurso federal, mas, devido à falta de recurso financeiro para pagar aos recursos humanos, o número de crianças atendidas reduziu. E esse repasse do FUNDEB é realizado de acordo a per capita, de aluno matriculados. Como a per capita na época era baixa, não houve condições de contratar todos os funcionários, foi aí que decidiram dividir os salários, até que conseguissem ampliar o atendimento de matrículas para que todos os colaboradores-voluntários fossem contratados e cada uma recebesse o seu salário.

Atualmente, há 16 funcionários, 112 crianças de 2 a 5 anos, 46 crianças e adolescentes, de 6 a 14 anos, e cerca de 30 jovens encaminhados para o Programa Jovem Aprendiz.

As creches escolas comunitárias têm como filosofia atender à necessidade da comunidade, no que diz respeito à Educação Infantil, então faz-se imprescindível

[...] buscar entender a educação infantil comunitária conveniada enquanto parte de um movimento que envolve sociedade civil e poder público e a possibilidade da garantia do direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade, principalmente, para as crianças oriundas das populações pobres da periferia da cidade. (Susin, 2009, p. 25).

Este movimento reverberado pela sociedade civil, sobre acesso à educação, fez/faz com que sejam ampliadas vagas para a Educação Infantil nos espaços comunitários de ensino, através dos convênios com as prefeituras municipais (Sobrinho, 2023). A Escola Comunitária Vinte de Novembro, tem a marca da luta, da resiliência, mas principalmente o desejo de ver um mundo pleno de igualdade social.

Gerenciar é reconhecer ligações entre esforço, estabelecer uma sequência entre as atividades, pensar o que vem primeiro e o que vem depois. Processo é fluxo: começo, meio e fim. Eles podem ser melhorados para se tornar mais efetivos e eficientes, gerando melhores resultados e alcançando mais gente, por exemplo. Gerenciar não é só pensar na criança; gerenciar é pensar no processo que a afeta. (Abrinq, 2022, p.11).

A gestão da escola fundamenta-se nos princípios de Paulo Freire, priorizando acolhimento, atenção à família e abordagem pedagógica. Oferece atividades de lazer, reforço escolar, aulas de música, dança, arte e ballet. Promove o respeito à diversidade e à individualidade, abordando temas como: cuidados com o corpo, saúde, alimentação e conscientização sobre abuso ou assédio sexual.

Quando perguntado sobre o funcionamento, a coordenadora pedagógica relata que a instituição funciona de segunda a sexta-feira, em turno integral e parcial, sendo de tempo integral para as crianças de 2 a 4 anos e parcial para as crianças de 5 anos. As atividades pedagógicas são planejadas coletivamente. Em relação a quantidade de colaboradores para atender à demanda, a diretora respondeu que:

No grupo 2 (crianças de 2 anos) trabalha com 1 professora e 2 auxiliares de classe, com 20 crianças em sala; no grupo 3 (crianças de três anos) trabalha com 1 professora e 1 auxiliar de classe com 24 crianças em sala; o grupo 4 (crianças de 4 anos) trabalha com 1 professora e 1 auxiliar de classe com 26 crianças em sala; e no grupo 5 (crianças de 5 anos), por ser parcial possui 2 turmas, pela manhã, trabalha com 1 professora e 20 crianças em sala, pela tarde, trabalha com 1 professora e 20 crianças em sala.

No período integral são atendidas 70 crianças (de 2 a 4 anos) e 40 crianças de 5 anos no turno parcial. A presidente revela que há baixa procura das famílias por período integral para as crianças de 5 anos. Nesta fase da educação é importante que as crianças tenham os direitos de aprendizados garantidos, a exemplo do desenvolvimento cognitivo, da linguagem, do conviver com os outros alunos, despertando para novas descobertas.

As ações pedagógicas são desenvolvidas de forma lúdica, seguindo uma rotina e considerando o tempo de aprendizagens das crianças, despertando o interesse delas na perspectiva de construir a identidade e autonomia, através do brincar, da musicalidade, da roda de conversa, do conto e do reconto. As crianças são estimuladas a desenvolver capacidades cognitivas e motoras, mediante os movimentos, jogos, desenhos, pinturas e filmes.

A coordenadora pedagógica revela que as professoras, durante as formações, são estimuladas a trazerem para a sala de aula temas como: hábitos sustentáveis, meio ambiente, identidade, artes, além do cuidado consigo e com o outro. As funcionárias são incentivadas a estudar, bem como participar das formações oferecidas pelas instituições parceiras a exemplo do: Mais Infância, AEEC, Pastoral do Menor Arquidiocesana, Conexão Vida dentre outros.

A presidente destaca que uma das premissas da instituição é trazer as famílias para dentro da escola por meio de encontros bimestrais, com temas relevantes, encaminhamentos para os programas sociais, assim como fomentar, através de cursos de formação social, promovidos pelo SESC (corte costura, pintura em tecido, artes em balões e bordado a mão), atendendo às mães e a toda comunidade. A instituição incentiva a economia solidária e o empreendedorismo. A Coordenadora Pedagógica ressalta que todos os projetos desenvolvidos com as crianças da escola têm a participação das famílias e da comunidade.

Compreende-se que a pedagogia social precisa ultrapassar os muros da escola e perpassa por toda a sociedade, atuando em diversos locais, buscando sempre contribuir para a formação de ser humano e para o desenvolvimento do ser crítico e social, capaz de questionar e entender o mundo a sua volta. (Freire, 2003, p. 177).

Amparadas na filosofia de Paulo Freire, as atividades socioeducativas da se dão pela necessidade de acolher as crianças e adolescentes oriundas da Educação Infantil, no sentido de continuar contribuindo com o seu aprendizado, e como uma forma de proteger dos perigos das ruas. Muitas dessas crianças, os pais trabalham e

no horário oposto aos estudos elas (crianças e adolescentes) ficavam ociosas, tornando-se “presas fáceis” para o tráfico.

A presidente relata que, desde o início da escola, a diretoria tinha preocupação com os adolescentes e a vulnerabilidade existente dentro das periferias. Através das parcerias com outras instituições, desenvolvem atividades que envolvem e incentivavam as crianças e adolescentes a permanecerem na Instituição. Atualmente, há 2 turmas de Reforço Escolar com um total de 46 crianças e adolescentes de 6 aos 14 anos, uma 1 pela manhã e a outra pela tarde. As atividades oferecidas são: música e o reforço escolar, pois, está cada vez mais difícil encontrar voluntários para trabalhar nas comunidades.

Quando questionada sobre as dificuldades enfrentadas, a presidente descreve que a “maior dificuldade é financeira”, complementa dizendo que:

Além dos investimentos na Educação Infantil, o poder público precisa investir em projetos de incentivo à cultura dentro das comunidades periféricas, onde não existem áreas de esportes e lazer; os nossos meninos e meninas vivem em extrema vulnerabilidade. A Escola Vinte de Novembro vem ao longo dos anos tentando fazer a diferença, apesar da escassez de meios, com o apoio da comunidade e de outras instituições; pensando no futuro dessas crianças estamos sempre celebrando parcerias que possam somar na busca de vida, de educação e dignidade para nossas famílias, as nossas ações levaram cerca de 30 jovens para o mercado de trabalho por meio de significativas parcerias com: o Programa Vira Vida, SENAI, Senac.

Tanto a diretora escolar quanto a presidente acreditam que as atividades socioeducativas têm como objetivo despertar nas nossas crianças e adolescentes novas perspectivas de mudanças, gerenciar suas emoções e suas competências socioemocionais. A Educação, a cultura e a arte são pontes que podem levar nossas crianças e adolescentes a um futuro de maior liberdade oportunidades.

Ao ser questionada sobre a missão da instituição, a diretora responde que:

A escola tem como missão, oferecer condições no processo do ensino- aprendizagem, orientando nossos alunos no que diz respeito a conviver, a ser e estar com os outros e consigo mesmo, com atitudes básicas de aceitação, respeito e confiança, tornando-se um ser crítico, capaz de construir sua própria história.

A respeito dos principais projetos socioeducativos desenvolvidos para a comunidade, a coordenadora pedagógica relata que, em 2023, houve três e em 2024, um no primeiro trimestre, período no qual foi realizada a entrevista.

A coordenadora pedagógica revela que, ao trabalhar o tema “Escola, família e comunidade”, foram realizadas entrevistas com moradores mais antigos, passeios com as crianças na comunidade, para conhecer o que existe, o que precisa melhorar realizando registros fotográficos. Logo após o retorno da visita de campo, as crianças realizaram avaliações, através de desenhos, sobre os relatos das famílias e das pessoas da comunidade.

Com o tema “Um tesouro chamado Nordeste” a coordenadora pedagógica esclarece que, para a realização deste projeto foram promovidas atividades artísticas e culturais, abordando especificamente a cultura popular do Nordeste. A culminância foi um momento festivo para toda a comunidade escolar. E por fim, o terceiro tema “Viver com igualdade e saber respeitar as diferenças” foram promovidas reflexões a respeito da igualdade racial, estimulando o respeito às diferenças, de cor, de religiões e costumes. Através de conversas nas rodas de diálogo, pinturas elaboradas pelas crianças, atividades desenvolvidas em sala de aula, comentários das famílias e da comunidade, as professoras avaliaram as aprendizagens das crianças.

Já no primeiro trimestre de 2024, com o projeto “Alimentação e Saúde”, as professoras realizaram atividades em sala de aula, como: apresentação e produção de alimentos saudáveis, exercícios físicos, a importância de beber água, além da participação da Fundação José Silveira com palestras sobre saúde bucal, escovação e aplicação de flúor. Vale salientar que, as atividades foram desenvolvidas com a participação das famílias e a culminância é sempre apresentada para comunidade. A coordenadora relata que as atividades são disponibilizadas nas redes sociais da instituição, como forma de divulgação das ações realizadas.

Considerações finais

Diante da ampla caracterização da Escola Comunitária Vinte de Novembro, constata-se que se trata de uma instituição de ensino profundamente enraizada na comunidade e comprometida com o desenvolvimento integral de seus alunos. Desde a sua fundação em 1987, a escola tem desempenhado um papel vital na oferta de educação e atividades socioeducativas para crianças e jovens, bem como na

promoção social para mulheres e no encaminhamento de jovens para o mercado de trabalho.

Sua filosofia educacional, inspirada na visão de Paulo Freire, ressalta a importância da participação ativa dos alunos no processo educativo, proporcionando um ambiente propício ao crescimento e desenvolvimento, visto que, as parcerias estratégicas, tanto com instituições locais quanto internacionais, têm demonstrado, ao longo dos anos, o compromisso contínuo com a excelência educacional e o bem-estar da comunidade atendida.

Apesar de compreender que a educação infantil é de responsabilidade do Estado e ao contratar as escolas e creches comunitárias para efetivar essa política, reduz a ação do Estado. A pesquisa revelou, através dos sujeitos do processo, que a instituição não apenas educa, mas também empodera e transforma vidas, reafirmando-se como um pilar fundamental no fortalecimento social e educacional de sua comunidade, desde a sua criação até os dias atuais. No contexto geral, as instituições sociais envolvidas com projetos educativos sem apoio do Estado e/ou com apoio precário, têm desenvolvido uma práxis cidadã, no trabalho cotidiano, atendendo crianças e adolescentes dentro de uma realidade socioeconômica excludente, mas buscando resgatar o protagonismo dos estudantes e familiares.

Considerando o exposto neste trabalho, se faz necessário uma maior atenção do poder público para estas instituições na perspectiva de garantir os direitos das crianças e adolescentes expostos nos marcos legais a exemplo da Constituição Federal (1988), do ECA (1990) e da LDB (1996).

Referências

ABRINQ, Fundação. **Guia de gestão para quem dirige organizações da sociedade civil**. 2ª edição. São Paulo: 2022.

ANDRÉ, Marli Elisa D. A. **Professores iniciantes**: egressos de programas de iniciação à docência. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.23. 2018

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos: Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pptx Acesso: 25 maio. 2024.

BRASIL. MEC. **Censo Escolar 2022**. Divulgação de resultado. Diretoria de Estatísticas Educacionais 2022 Divulgação dos resultados Brasília, 31 de janeiro de

2023. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.p

Acesso: 25 maio. 2024.

BRASIL. **Marco Regulatório da das Organizações da sociedade Civil**. Lei nº

13.019/2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm)

[2014/2014/lei/l13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm). Acesso em: 25 maio. 2024.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei 8069/1990. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso: 30 maio

2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**. Lei 9394/96. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 30 maio de 2024.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **Creche comunitária, uma alternativa**

popular/organizado por Ana Alice Alcantara Costa. - Salvador: NEIM/UFBA; EGBA; SEC, 1991.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2003.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

SOBRINHO, Raquel Alves; ARAÚJO, Jurandir de Almeida; NEVES, Barbara Coelho; COVID-19, Tecnologia Digital e Educação: reflexões sobre a suspensão das aulas no contexto das escolas e creches comunitárias do Município de Camaçari, Ba. Bahia. **Folha de Rosto** - Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Universidade Federal do Ceará, v.6, n.2, 2020.

SOBRINHO, Raquel Alves. **As Tecnologias Digitais nas Instituições de Ensino Comunitário de Camaçari/Ba**: aspectos da Gestão Educacional nas Políticas Públicas de Inclusão Digital e Educação Infantil. / Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023, Salvador, BR-BA.

SUSIN, Maria Otilia Kroeff. **A qualidade na educação infantil comunitária em Porto Alegre**: estudo de caso em quatro creches conveniadas / Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009, Porto Alegre, BR-RS.